

## DA EXTENSÃO DO CAMPO À CENTRALIZAÇÃO DO URBANO: ELEMENTOS PARA O DEBATE DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM MATO GROSSO

Danilo Volochko<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo expõe um temário de pesquisa que vem se constituindo como um desenvolvimento possível de nosso campo de investigação na geografia – a cidade e o urbano – à luz dos novos processos colocados pela atual urbanização mato-grossense. A urbanização produzida na relação com o agrário a partir da expansão da fronteira agrícola (modernização conservadora do campo) em certas regiões de Mato Grosso se impõe como motor transformador dos espaços e como nova força produtiva. Com efeito, o urbano está na base das vigorosas dinâmicas que pautam o crescimento econômico do Estado de Mato Grosso, e isto, sobretudo, nas regiões onde a urbanização se materializa na produção de novas cidades que se constituem pelo e a partir do agronegócio. No texto discutimos aspectos dessa urbanização, sua inserção na lógica reprodutiva da economia brasileira e mundial e as implicações que produz no plano de uma prática socioespacial marcada pela desigualdade.

**Palavras-chave:** urbanização; campo-cidade; expansão-centralização; agronegócio; prática socioespacial;

### Abstract

This article presents a research agenda that has been constituted as a possible development of our research field in geography – which is the city and the urban – face to the new processes posed by current urbanization in Mato Grosso. The urbanization produced in the relation with the agrarian and with the expansion of the agricultural frontier (conservative modernization of the rural lands) in certain regions of Mato Grosso is imposed as a powerful motor of transformation of the spaces as a new productive force. Indeed, the city is on the basis of strong dynamics that guide the economic growth of the state of Mato Grosso, especially in regions where urbanization is materialized in the production of new cities that constitute through agribusiness. In this article we discuss aspects of this urbanization, its insertion in the reproductive logic of brazilian and global economy and the implications that it has on the socio-spatial practice plan, marked by inequality.

**Key-words:** urbanization; urban-agrarian relation; expansion-centralization; agribusiness; socio-spatial practice

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: [danilovolochko@gmail.com](mailto:danilovolochko@gmail.com)

## **Introdução**

O espaço mato-grossense vem passando nas últimas décadas por intensas transformações que se iniciam na década de 1970, momento no qual regiões significativas de seu território passam a ser mais intensamente integradas à dinâmica de expansão do capitalismo brasileiro e mundial. A base dessa articulação entre o espaço mato-grossense e as economias nacional e mundial vem se dando por meio da expansão do agronegócio, um processo que realiza uma “modernização conservadora” do campo a partir da agroindustrialização da produção agrícola – com ampla utilização de meios científico-tecnológicos tais como máquinas e insumos, fertilizantes, defensivos, sementes transgênicas, sistemas informatizados de monitoramento das etapas produtivas por sistema de GPS, e também de inovações quanto ao financiamento, armazenagem e transporte da produção – e que tem resultando num processo de aprofundamento da concentração fundiária no campo e nas cidades, produzindo desigualdades socioespaciais em diversas escalas, implicando também a degradação/transformação de amplas áreas dos biomas do Cerrado e da Amazônia, que assim se tornam espaços altamente financeirizados, mundializados e urbanizados.

De acordo com alguns autores (OLIVEIRA, 1997; MARTINS, 2012; ARRUDA, 2009; MORENO, 2007; SOUZA, 2007), o processo de integração da região Centro-Oeste e da Amazônia, enquanto incorporação de novas áreas ao processo produtivo se deu no contexto das políticas autoritárias dos governos militares, que disponibilizavam, através de amplos incentivos fiscais, novas terras para o desenvolvimento de projetos agropecuários, extrativistas e agrominerais. Inúmeros planos e programas oficiais (II PND, PIN, POLOCENTRO, PRODECER e outros), conjugados a instalação das infraestruturas necessárias como rodovias – com destaque para a Cuiabá-Santarém (BR-163) – revelam como o Estado patrocinou o acesso à terra para os grandes grupos econômicos e empresas transnacionais, que valorizavam as terras através da produção agropecuária e também por meio da colonização privada fundamentada no loteamento/especulação, num processo contundente de produção de novos núcleos urbanos completamente articulados à lógica do campo mecanizado.

O avanço da fronteira agrícola que se dá em Mato Grosso através da expansão da produção de grãos – sobretudo soja, milho e algodão – e de carne industrializada – suínos e aves – está direcionado para o aumento da produtividade e da redução dos custos de produção, o que justifica a utilização de processos capitalistas modernos de

integração dos espaços-tempos dessa produção que se sobrepõem ao espaço-tempo dos lugares. Trata-se de uma reprodução espacial do capital já concentrado no Sul e Sudeste – de grandes grupos como *Sadia* e *Perdigão*, e também dos capitais ligados a ramos químicos, como *Bayer* e *Basf*, e de processamento/comercialização de grãos, como *ADM*, *Cargill* e *Bunge* –, capitais financeiros nacionais e internacionais comandados por São Paulo – que se descentralizam territorialmente para poder se reconcentrar novamente. Esse movimento de concentração-desconcentração-reconcentração dos capitais na metrópole de São Paulo passa pela produção de um novo espaço que articula cidade e campo para realizar essa lógica, o que implica na transformação e na concentração da estrutura fundiária no campo e nas cidades onde ele ocorre. Os limites entre a cidade e o campo são diluídos pela natureza da interdependência das atividades e serviços das áreas de produção, que são a um só tempo uma fronteira tecnológica, agrícola, do capital e principalmente uma fronteira da urbanização a partir do agronegócio, capaz de definir, para ARRUDA (2009), a existência de agrocidades.

Analisando a realidade que emerge do movimento que vai, no contexto francês/europeu, do rural ao urbano, LEFEBVRE (1973, p. 62) escreve que:

A constituição do mercado nacional obriga a uma remodelação da estrutura agrária: concentração da propriedade, comercialização e especialização da produção. Mais tarde, estas questões se superpõem, as colocadas por um mercado mundial primeiro, pelas técnicas modernas depois: confecção de preços, rentabilidade, introdução da mecanização. [tradução livre]

Na realidade de transformações que o campo vivia na Europa e, sobretudo, em países como a França, a partir do pós-II Guerra, já se fazia sentir, para aquele autor, o fato de que “do mercado nacional e mundial derivam as especializações” (1973, p. 62). Já se colocava, portanto, a constituição de uma divisão territorial internacional do trabalho em que alguns países vão se inserir como fornecedores de matérias-primas agrícolas e minerais pouco transformadas e compradores de produtos industrializados. Esta divisão territorial internacional do trabalho vem se transformando nas últimas décadas com a grande complexificação/industrialização de setores econômicos de países como o Brasil, que, com a dinâmica do agronegócio, procuram industrializar suas *commodities* buscando ampliar os rendimentos, o que produz a modernização das bases produtivas e conseqüentemente produz um crescimento econômico que não apenas não acaba com as desigualdades sociais, senão que as têm como condição dessa modernização.

## **Mato Grosso no contexto da reprodução do capitalismo brasileiro**

No Brasil, a urbanização da sociedade e do espaço se deu de modo mais contundente e acelerado a partir da industrialização que se seguiu da atividade cafeeira no Sudeste, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro. A relação de expansão territorial das lavouras (estudada por MONBEIG, 1998) realizou o processo expansionista do capital no plano do desenvolvimento desigual (cf. SMITH, 1988) e do desenvolvimento geográfico pouco uniforme do capitalismo (cf. HARVEY, 1990) brasileiro, e desenvolveu não apenas a transformação da cidade de São Paulo em metrópole como também estendeu a urbanização para grande parte do interior do Estado de São Paulo, onde avançava a frente pioneira (cf. MONBEIG, 1998). A acumulação que pôde ser gerada nesse processo realiza a metropolização de São Paulo, e o Mato Grosso pôde se colocar, posteriormente, como reprodução do processo expansionista da economia paulista baseada na extensão do domínio dos territórios (agro)produtivos à escalas mais amplas (do país), sendo que o Centro-Oeste se colocou como uma reserva territorial planejada. No caso de Mato Grosso, sobretudo do meio norte do Estado, uma colonização que poderíamos denominar de agroindustrial-urbana pôde se configurar.

A consolidação da metrópole de São Paulo como metrópole industrial pode inseri-la no topo da hierarquização se considerarmos o plano de uma divisão territorial nacional do trabalho, e mesmo a colocou diante de um renovado papel – desde as duas últimas décadas – que caminha, conforme escreve CARLOS (2004), no sentido da passagem da hegemonia do capital industrial para a hegemonia do capital financeiro, o que aponta sua constituição no movimento da mundialidade e internacionalização da economia. Segundo EGLER e BECKER (2010), São Paulo vem realizando pelo menos desde a década de 1980 – que marcaria o início do processo de reestruturação produtiva com a desindustrialização e a desconcentração industrial, analisada por diversos autores, inclusive como passagem de um regime de acumulação fordista para aquele de acumulação flexível, em que as plantas industriais se reduzem, se deslocam para outras regiões, redimensionando seus procedimentos de estocagem, logística, com aumento de terceirizações etc. – um duplo papel: internamente (na escala nacional), o comando da integração territorial e econômica, e externamente (na escala mundial), a base para a financeirização da economia e para a gestão do capital.

Nesse sentido é que podemos afirmar, apoiados em EGLER e BECKER (2010), que no Brasil houve uma modernização do território enquanto base produtiva – redes de

telecomunicação, energia, mecanização da agricultura –, mas esse processo está longe de configurar uma modernização das relações sociais historicamente desiguais. Assim é que a agricultura se expande como modo de expandir relações arcaicas, porém imbricadas numa base tecnológica nova. As relações arcaicas ficam por conta da concentração fundiária que vem da história brasileira e que não é rompida, pelo contrário, é reestabelecida sob patamares mais “modernos”. Portanto, na modernização conservadora capitalista operam tempos/temporalidades distintas, lógicas não capitalistas que se articulam dialeticamente para a reprodução do capital, como escreve MARTINS em diversas obras, sobretudo ressaltado o “poder do atraso” em nossa sociedade, o caso da “peonagem” – recrutamento e escravização de trabalhadores nas fazendas da Amazônia, para a abertura de pastagens muitas delas propriedades de grandes grupos econômicos – sendo uma de suas formas. Essa modernização conservadora nos permite entender o crescimento econômico – o Brasil tem o 6º PIB do mundo – no seio da pobreza – o Brasil figura na lista dos países mais desiguais do mundo, levando em consideração o Índice de Gini, que mede a desigualdade na distribuição de renda entre certa porcentagem dos mais ricos e dos mais pobres.

Este entendimento nos permite romper um pensamento ancorado no dualismo, segundo o qual existem “dois Brasis”, um pobre e outro rico, um arcaico e outro moderno, um subdesenvolvido e outro desenvolvido, e assim por diante, e nos encaminha para uma perspectiva dialética na qual contraditoriamente existe crescimento industrial com precarização e redução dos empregos, urbanização-desurbanizante e assim por diante. A dualidade como existência de dois sistemas autônomos e opostos foi criticada especialmente por OLIVEIRA (2003), que inclusive adverte que esse paradigma mascarava os problemas do país e fortalecia a reprodução das desigualdades sociais e regionais.

### **O urbano e a financeirização**

A cidade ganha novos papéis no contexto da reprodução da economia atual, cada vez mais pautada pelas finanças mundializadas, tal como as analisa CHESNAIS (2005). Partindo de um entendimento de Henri Lefebvre sobre os circuitos do capital e de que a produção do espaço representa uma solução para as diversas crises de reprodução do modo de produção capitalista, David Harvey trabalha com o conceito de capital excedente, tomando como base a ideia de circuitos/setores/ramos e dos constantes

movimentos entre eles em função das recorrentes crises de acumulação e sobreacumulação. A partir das formulações gerais deste e de outros autores, podemos entender que o capital em geral possui diversos setores/ramos: indústria (produção), finanças (circulação), agricultura (matérias-primas), comércio (consumo). Cada setor do capital se subdivide em subsetores, por exemplo, a indústria em química, farmacêutica, metalúrgica, têxtil, da construção, o comércio em varejista, atacadista, internacional etc. Estes setores não são compartimentos estanques, cada vez mais estão articulados entre si; o capital vai sendo produzido e reinvestido no interior de cada ramo, até atingir um nível limite no qual esse capital não se resolve mais em consumo, não podendo ser reinvestido (isso ocorre por falta de mão de obra, problemas nos meios de produção, baixos lucros). É comum então haver movimentos de capital de um setor a outro menos dinâmico, e que serve de saída para a aplicação lucrativa do capital excedente de um setor a outro. Este mecanismo torna evidente a importância do capital financeiro e do sistema de crédito na esfera da circulação do valor produzido e da realização do trabalho e das mais-valias futuras, sendo que a crise ocorre quando os capitais excedentes já não encontram setores/lugares lucrativos para serem aplicados, desvalorizando-se, ou quando há uma fuga repentina das finanças investidas em determinados ramos/setores da economia de um país.

Este conjunto de ideias é importante para pensar o processo de centralização/concentração na urbanização que se dá nos territórios cultivados pelo agronegócio. Recuperando as ideias de HARVEY (1990; 2004) e SMITH (1988), podemos pensar que as diferenciações geográficas são um alimento para o capital, pois através delas se operam migrações de capital de um país, região, cidade (ou de um fragmento da cidade) para outro, representando um capital excedente num espaço determinado que se desloca para ramos/setores (por exemplo a indústria) que sejam mais obsoletos ou que apresentem uma composição orgânica média (relação entre o capital constante e o capital variável) do capital diferente em outro espaço.

No atual momento a produção do espaço está enredada no plano de uma circulação imaterial dos fluxos financeiros mundializados, em boa parte especulativa, e que se liga também à dinâmica dos campos mecanizados e às novas cidades produzidas que formam um espaço dialeticamente articulado um ao outro e com processos que fogem da escala do lugar e da região, ganhando a escala nacional e internacional. Esta última evidencia o papel do fornecimento da soja brasileira para o mercado chinês, que a utiliza, sobretudo, para alimentar seus rebanhos e, no limite, a própria urbanização

chinesa vem sustentando o crescimento econômico de muitas regiões e países pela elevada demanda de produtos, sendo que o caso mato-grossense está bastante relacionado a essas demandas externas, com suas safras sendo compradas/vendidas no mercado de futuros das bolsas de valores ao redor do mundo.

Esta dinâmica produz novos espaços urbanos que exercem a função de centralizar as atividades de gestão e de controle sobre a extensão dos vastos campos cultivados. A centralização é técnica, mas não apenas, ela é política no sentido da implementação de políticas que dão sustentação às atividades agrícolas, é econômica, pois na cidade estão os serviços de consultoria e manutenção dos elementos utilizados no campo, estão as fontes de financiamento. A cidade do agronegócio também se coloca como uma centralidade ideológica, no sentido de ser uma “vitrine” e um “modelo” para o desenvolvimento urbano e, sobretudo, urbanístico. No lado mascarado deste processo está o que BERNARDES (2010) expõe:

(...) os novos impulsos de modernização das forças produtivas agroindustriais, que se expressam através dos novos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação que se estabelecem entre campo e cidade, suscitam reorganizações dos sistemas urbanos. Não obstante, as práticas econômicas modificaram o espaço urbano na condição de valor de troca, gerando uma dinâmica de mercado traduzida no processo de intensificação da especulação imobiliária e da elevação do custo de vida geral, não havendo adequação do atendimento das novas demandas, em termos da produção suficiente de moradias e do meio ambiente circundante às necessidades sociais, principalmente no que diz respeito à rede de água, saneamento básico e serviços de educação, saúde e transporte.

Nesse processo a produção do espaço é uma alternativa lucrativa para as crises ou para a expansão da economia, e nos remete a pensar numa passagem entre a produção *nas* cidades para uma produção *das* cidades. A cidade aqui não é entendida apenas como um local da produção; ela mesma é produtora de economias, é força produtiva; a urbanização, de acordo com DAMIANI (1999), é um novo setor produtivo. Como já dito, os capitais financeiros nacionais e internacionais concentrados no Sudeste se descentralizam territorialmente para se reconcentrar, evidenciando um processo de concentração-descentralização-reconcentração dos capitais. Nas áreas onde a terra está sendo cultivada como meio de produção das *commodities* internacionais a serem exportadas (sobretudo carnes e grãos), a extensão das grandes propriedade monocultoras não pode prescindir da centralização urbana. É na cidade que estão

concentradas a maior parte das infraestruturas de armazenamento (silos), bem como as empresas de consultoria, informação, manutenção, financiamento entre outros setores.

### **Centro-Norte de Mato Grosso: o espaço-tempo da urbanização lógica**

Admitindo que múltiplas temporalidades se entrecruzam na história urbana de Mato Grosso, julgamos ser possível pensar em termos de uma urbanização que caminha no tempo histórico, sendo lentamente formada (na duração de séculos) e que constitui uma morfologia espacial com características próprias, heterogêneas. Deste modo, as cidades da Depressão Cuiabana, as do Pantanal, além de Vila Bela da Santíssima Trindade e aquelas da região de Diamantino (incluindo esta), constituem a urbanização ligada a ciclos de exploração de riquezas minerais ou a estratégias geopolíticas da coroa portuguesa (Vila Bela e Cáceres), constituindo uma cultura, modos de vida, de fala, de representação, mais diretamente ligados à naturalidade das regiões onde se encontram. Deste ponto de vista, a morfologia espacial das novas cidades do eixo da BR-163 e de outros eixos (Campo Novo do Parecis, Campos de Júlio, Sapezal, Campo Verde, Primavera do Leste), constituem espaços da homogeneização, da simetria do traçado e da morfologia urbana ao perfil social e cultural de seus habitantes. A centralidade se esvai nas cidades sem centro histórico/simbólico solidamente constituídos, sem memórias diretas, sem referências que vêm do lugar. Onde fica exatamente o centro das novas cidades? Aqui, o centro está ligado às vias com maior fluxo de circulação de automóveis e que concentram mais comércio e serviços. A circulação e seu peso sobre a vida urbana nessas cidades parecem ter a ver com a lógica expansiva que vem das atividades no campo, a perder de vista, e na cidade as grandes distâncias percorriáveis pelo automóvel dominam as ruas. Nas outras cidades ele também é dominante, mas as ruas das cidades do centro-norte mato-grossense são concebidas e construídas para eles, e não apenas para eles, mas também para os grandes caminhões, que podem eventualmente circular pelas vias levando enormes equipamentos e máquinas agrícolas. Aqui é o espaço-tempo mundializado e financeirizado que dá as diretrizes lógicas e concretas da urbanização.

Para refletirmos sobre os termos de uma urbanização que em sua gênese está ligada a uma lógica da reprodução econômica do capital concentrado na região Sudeste (sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro), cuja condição de realização se pauta na espacialidade e na concentração da terra pela extrema racionalidade e controle técnico-



científico da produção do espaço agrário e urbano, em uma palavra uma urbanização lógica, analisaremos as cidades de Lucas do Rio Verde e Nova Mutum. Lucas do Rio Verde teve sua origem ligada ao processo de colonização oficial através de uma modalidade de ocupação do INCRA denominada PEA – Projeto Especial de Assentamento. Segundo MORENO (2009, p. 166) este projeto:

Consistiu em projetos emergenciais destinados a atender populações removidas compulsoriamente de áreas de conflito, por decisão do governo federal. A responsabilidade pela implantação era do INCRA, desde o loteamento, colocação de infraestrutura e administração técnico-financeira. Em Mato Grosso, foi implantado apenas o PEA Lucas do Rio Verde, à margem da BR-163, no município de Diamantino.

Assim, a cidade teve sua gênese ligada ao assentamento de trabalhadores sem-terra (inicialmente 252 famílias), mas que, entretanto, conforme escreve MORENO (2007), passou por inúmeros problemas, como a venda dos lotes por parte das famílias assentadas. Sobre o PEA Lucas do Rio Verde, MORENO (2007, p. 167) escreve que:

Em 1982, o projeto passou a ser desenvolvido com a participação da Cooperativa de Lucas do Rio Verde (Cooperlucas). Procedeu-se, então, a um redimensionamento da área, ampliando o número de lotes para 972, e um novo ‘selecionamento’ destinado a 972 famílias. Muitos desses lotes já haviam sido ‘comprados’, quando muitos dos primitivos colonos nem haviam recebido a Carta de Anuência, documento provisório de titulação (...), o qual limitava a venda dos lotes cedidos. Assim, com a entrada da Cooperativa, foi regularizada a situação da área, inclusive dos lotes grilados durante a implantação. Em 1985, Lucas do Rio Verde tornou-se município, com forte participação na economia agrícola do município.

Devido a uma série de dificuldades, entre as quais poderíamos destacar (cf. MORENO, 2007, pp. 171) a “indústria da posse” (venda dos lotes), a falta de acesso às linhas de crédito rurais, as transferências de parceleiros para outros lotes sem recebimento de indenizações, dificuldades com a titulação final dos lotes, as dificuldades financeiras dos assentados, todos estes motivos contribuem para o insucesso dos projetos de colonização oficial, sobretudo se comparados aos projetos de colonização particular – por empresas imobiliárias. No entanto, se do ponto de vista do projeto inicial de assentamento dos trabalhadores rurais estes projetos encontraram dificuldades, do ponto de vista da atração de novos sujeitos para tais projetos representados por famílias mais ricas e grandes grupos agroindustriais, esse processo de colonização – tanto oficial como particular – pode ser considerado exitoso.

A acelerada urbanização gera um efeito econômico de concentração e atração tanto de capitais como de força de trabalho nova – migrantes não mais tanto da região Sul e sim da região Nordeste –, tornando possível a abertura de uma nova fronteira não mais apenas agrícola, porém, sobretudo, urbana. A indústria pesada (metalúrgica, siderúrgica, química) não vai comandar a urbanização em Mato Grosso, é a agroindústria, entendida como integração dos ramos ligados à plantação, colheita, armazenamento, transporte, processamento, beneficiamento de *commodities* agrícolas, sobretudo a soja, mas também a carne industrializada, o milho, o algodão, que vai impulsionar o crescimento urbano.

A instalação da unidade de produção da *Sadia* no município de Lucas do Rio Verde trouxe uma série de transformações urbanas, entre elas obras viárias, como o viaduto da BR-163 que facilita a conexão para o distrito industrial onde se localiza a *Sadia*, como apontam SOUZA e RAVACHE (2009). O processo de recrutamento de trabalhadores para a unidade de Lucas do Rio Verde ocorre em cidades dos Estados do Nordeste, Pará, Rondônia, municípios pobres do interior de Mato Grosso – onde ocorrem palestras que procuram convencer os futuros trabalhadores das vantagens de se migrar para Lucas do Rio Verde e trabalhar naquela empresa – é uma clara estratégia de barateamento do custo da força de trabalho. Conforme constatado em pesquisa de campo, nestas palestras não são esclarecidos os inúmeros descontos em folha de pagamento que são realizados mensalmente. Estes descontos chegam a representar mais de 25% do salário pago a um operário da linha de produção (com salário de R\$ 1.000,00, que acaba caindo para R\$ 750,00), e envolvem itens como: aluguel pelas casas – sendo que estas foram construídas pela *Sadia* com utilização de recursos públicos/parceria com município –, plano médico, refeições, seguro de vida, lanches, contribuições, vale transporte, entre outros. São frequentes os desvios de função e de horário/turno por parte dos líderes de produção em relação aos trabalhadores da linha, como também são frequentes os acidentes de trabalho e as doenças relacionadas ao trabalho exaustivo.

A empresa construiu um conjunto habitacional formado por cerca de 1.500 casas para abrigar os trabalhadores, conhecido como Tessele Júnior, que se trata de um processo nítido de segregação socioespacial de uma população empobrecida e migrante, que atende às necessidades e estratégias de produção de uma empresa que possui uma potência enorme na produção de um espaço urbano crescentemente controlado e segregado/segregador; seus moradores são profundamente estigmatizados e apenas vão

“à cidade” (à região central) quando recebem seus salários, para fazer compras. Neste espaço impera a violência, com a ocorrência de assassinatos e chacinas, sendo comum a ocorrência de furtos e o uso/comercialização de drogas. A rotatividade dos trabalhadores é elevada, o que contribui para o ambiente de falta de conhecimento dos vizinhos, o que, somado à falta de referências familiares que a condição de migrante traz e à sobreexploração no trabalho, nos ajudam a compreender os conteúdos da violência para além do preconceito reproduzido na identificação do nordestino como pessoa natural ou culturalmente violenta. As casas sem muros ou cercas estabelece um ambiente vigiado, de uma ausência absoluta de privacidade. A foto 1 abaixo nos mostra o referido conjunto:



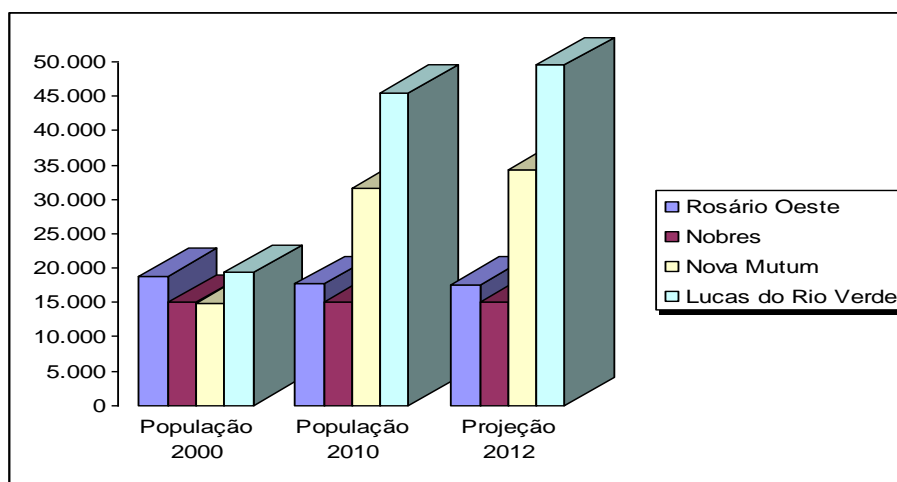
**Foto 1 – Conjunto Habitacional “da Sadia” (Luiz Carlos Tessele Júnior)**

Foto: Danilo Volochko

A união de empresas do ramo alimentício de carnes (aves, suínos e bovinos) formando grandes grupos expressa a concentração de capital do setor, como é o caso da união entre a *Perdigão* e a *Sadia* formando a *BRFoods*. Trata-se de um grupo altamente financeirizado (com capital aberto na *BOVESPA*) com forte presença nacional e internacional, que procura aumento de produtividade (uso intensivo de modernas tecnologias) e redução de custos. Daí sua localização estratégica em regiões próximas das matérias primas das quais se utiliza (soja e milho, para a ração animal), comandando no plano dos lugares onde se instala uma produção monopolista do espaço, no campo e na cidade. Esta dinâmica que produz a urbanização e o campo tecnificado tem feito com que cidades como Lucas do Rio Verde e Nova Mutum estejam entre as que apresentaram crescimento mais acelerado e intenso em Mato Grosso, ao passo que

idades como Nobres e Rosário Oeste (fornecedoras de mão de obra pouco qualificada e barata) ou ficam estagnadas ou perdem população, como mostram dados do Anuário Estatístico da Seplan/IBGE:

**Gráfico 1 – População de alguns municípios mato-grossenses entre 2000 e 2012**



Fonte: SEPLAN/IBGE; organização: Danilo Volochko.

Para que a unidade de produção da *Sadia* se instalasse em Lucas do Rio Verde, a empresa compra, em 2006, todo o plantel de suínos e infraestrutura da *Cooperativa Agropecuária e Industrial Luverdense (Cooagril)*, que já vinha desenvolvendo desde 1990 atividades de industrialização e agregando valor à produção de suínos e também da produção de soja e milho (produção de ração). Esta cooperativa chegou a reunir outras cooperativas criando a *Intercoop*, responsável pela abertura do Frigorífico *Excelência* em Nova Mutum. Toda esta infraestrutura já existente foi estrategicamente adquirida pela *Sadia*, como modo de ao mesmo tempo saltar etapas integralizando o controle da criação de suínos e eliminando a competição no plano da região. Atualmente as atividades da *Cooagril* estão focadas na fabricação de ração com fórmulas “caso a caso”, segundo dizem com “alta qualidade”, sendo que a ração é produzida e comercializada na cidade de Lucas do Rio Verde, revelando a cidade como centro de comercialização não apenas da ração como de outros produtos agrícolas, como soja, milho, algodão, sorgo.

As eventuais crises no campo impactam bastante a dinâmica da cidade, pois a circulação de capital no campo se traduz na dinâmica de consumo da cidade. Um projeto de interesse da *Sadia* é desenvolver uma bacia leiteira na região de Lucas do Rio Verde, para aproveitar os dejetos dos suínos como energia biodigestora e fertilização

dos solos para as pastagens. Mas esse projeto esbarra em barreiras colocadas pela própria característica do agronegócio, baseado em grandes propriedades onde a elevada valorização da terra torna-se algo impeditivo, fazendo com que o leite tenha que ser produzido em regiões mais distantes.

A cidade de Nova Mutum nos permite vislumbrar um processo de urbanização integralmente fundamentado no que podemos chamar de uma produção monopolista do espaço e de uma urbanização lógica. É senso comum falar que se trata de uma cidade bem planejada; frente a isso perguntamos: em que medida o que ocorre em Nova Mutum trata-se de planejamento urbanístico levado a efeito pelo poder público municipal ou de estratégias imobiliárias privadas baseadas no loteamento/padronização que realiza seus empreendimentos de modo planejado, inclusive através do Estado? E de qualquer modo, trata-se de um “planejamento” para poucos, uma urbanização profundamente elitizada, dada a grande valorização do solo e o elevado custo de vida. A história da cidade é a história da *Colonizadora Mutum*, integrante do *Grupo Mutum S.A.*, que ainda se subdivide em *JAR Empreendimentos Imobiliários* e *Mutum Agropecuária S.A.*. A empresa *JAR* – iniciais de José Aparecido Ribeiro, fundador da cidade – controla praticamente todo o mercado de terras urbanas e boa parte das terras rurais do município, sendo que as terras que não são de propriedade do *Grupo Mutum* não o são porque já foram vendidas por este a terceiros.

Na cidade, a atividade de loteamento e venda dos lotes ocorre “conforme a demanda”, como dito a nós em pesquisa de campo. A empresa realiza loteamentos residenciais, comerciais e industriais, e no caso dos loteamentos residenciais adota uma estratégia que chama de “plano de incentivo”, que impõe multas de até 30% do valor financiado caso o projeto da casa do comprador do lote não siga a padronização que objetiva “tornar bonitos” os bairros da cidade, estabelecendo também o limite de 3 anos para que a construção seja feita. Com isso, a *JAR* impõe um visual e uma estética urbana elitizada – uma representação do espaço, diríamos – que se realiza como estratégia de valorização, e ao impor o tempo para a construção realiza uma espécie de monopólio da especulação imobiliária. As fotos abaixo contrastam uma casa “com padrão *JAR*” e outra que foge a este padrão:



**Foto 2 – Casa dentro do padrão em loteamento da JAR – Nova Mutum**

Autor: Danilo Volochko



**Foto 3 – Casa fora do padrão em loteamento da JAR – Nova Mutum**

Autor: Danilo Volochko

Esta especulação é feita pelas “áreas de expansão” da cidade, todas controladas pela empresa, que vai loteando as terras, eventualmente ampliando o perímetro urbano de modo “planejado”, transformando terrenos rurais em lotes urbanos. Como nos foi relatado, cerca de 70% das áreas a serem loteadas em Nova Mutum são de propriedade da JAR, sendo que a empresa possui planos de entrar no ‘mercado popular’ do Programa *Minha Casa Minha Vida*, o que sugere uma diversificação dos negócios. A atuação imobiliária do *Grupo Mutum* não se restringe à cidade de Nova Mutum, pois possui empreendimentos em Campinas e no litoral paulista. Segundo Luiz Divino da Silva – gerente do *Grupo Mutum* em Mato Grosso – 70% da receita do grupo vêm da

agropecuária e 30% vêm das atividades imobiliárias, mas pensamos que haja uma tendência de crescimento da participação na atividade imobiliária.

Em Nova Mutum o frigorífico da *Perdigão (BRF)* também é responsável pela produção da urbanização através de programas e projetos habitacionais voltados a abrigar os seus trabalhadores. Em entrevistas realizadas na cidade, constatamos que uma parte importante das trabalhadoras daquele frigorífico é natural de Rosário Oeste, Nobres, Jangada, Diamantino e Arenópolis (os últimos ligados à atividade do garimpo), que são municípios onde os jovens não encontram empregos e se vêm obrigados a migrar para as áreas dinâmicas do agronegócio, para trabalharem nos frigoríficos e em outros serviços de baixa remuneração. Nos frigoríficos estão expostos às baixas temperaturas (mesmo com os uniformes) e às doenças respiratórias associadas a elas, além do fato de que a pessoa “fica fedida de puro galinha”, como dizem. Em Nova Mutum, alguns entrevistados lembram a situação de estranhamento com a sociabilidade “sem festas” dos moradores da cidade, sem muitos contatos com os vizinhos, e até de momentos de discriminação social e étnico-racial.

### **Novas centralizações e periferações**

A aparência de um desenvolvimento social se mascara num crescimento econômico que se materializa no crescimento urbano dessas cidades, que é orientado e controlado pelo setor imobiliário privado que, juntamente com o poder político, estabelece a segregação urbana dos trabalhadores (do campo e da cidade) como norma. Mas, o que parece fundamental é que essas cidades possuem a potência de uma homogeneidade espacial que pode atuar nos processos de segregação dos moradores-migrantes empobrecidos nessas cidades ou em outros espaços. Nesse processo, pequenos camponeses e populações tradicionais (indígenas, comunidades ribeirinhas) foram e vem sendo expropriados de suas terras. Como afirma MARTINS (2012, p. 75), “milhares de camponeses teriam que ser expulsos de sua terra (...) para que nelas fossem abertas grandes pastagens. Muitos deles acabaram migrando para as cidades da própria região, para viver na miséria da subocupação e das favelas”. Para SOUZA (2007, p.35), “essas condições [concentração da terra, especulação] concorrem para a expulsão de famílias (...) e impedem a ocupação ou aquisição de terras por esses segmentos sociais pobres que chegam de outras regiões do país, gerando um grande contingente de pessoas desterritorializadas”. Já SEABRA & MARTINS (1993) afirmam que nessa

dinâmica “nem todos realizam-se como pioneiros (...), havendo os “retornados”, um “contingente de população deslocada, empurrada para outras áreas, cidades ‘velhas’, no caso que se estuda: Cuiabá, Coxim, Campo Grande”, sendo que “nestas cidades também está o outro lado do mundo da soja, manifestando-se na sua periferização descomunal”. Sobretudo na área concentrada/consolidada da soja, conforme a caracteriza BERNARDES (2006) – que se expande das cidades de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso, seguindo a BR-163 –, mas também nas áreas de “forte expansão”, existe pois uma centralidade dos negócios com a terra no campo e nas cidades que reproduzem a concentração e resultam no grande controle sobre tais espaços.

Baseado nas ideias de SOUZA (2007), a colonização particular desempenhou um papel importante na configuração de uma rede de municípios ao longo das rodovias que desempenham uma barreira e um controle do acesso de populações empobrecidas. Para a autora, “as cidades criadas pelas frentes de colonização reterritorializaram os espaços e impulsionaram grandes movimentos populacionais (...), ao chegarem a essas cidades, homens e mulheres pobres encontram as terras cercadas e vigiadas”, sendo que a autora escreve que “esse controle soma-se aos elevados impostos sobre a terra urbana, a especulação imobiliária, e aos programas de cerceamento do direito de ir e vir, através da doação de passagens para retorno ao lugar de origem”. Trata-se de um processo de concentração de terra e poder que se apoia numa urbanização nova e acelerada dessas áreas que acaba expulsando ou mantendo os mais pobres em outras cidades. Ao mesmo tempo, tal dinâmica não implica a inexistência de periferias nessas novas cidades, cujos conteúdos revelam a produção controlada e planejada de guetos pobres geralmente à margem da rodovia e/ou nos extremos da cidade, ligados a uma população “tolerada” enquanto prestadora de serviços básicos necessários à realização das atividades cotidianas: vendedores, empregadas domésticas, trabalhadores da construção civil, dos serviços de limpeza, dos frigoríficos etc. As fotos abaixo mostram alguns desses bairros periféricos nas cidades de Nova Mutum e Lucas do Rio Verde:





**Foto 4: Conjunto habitacional construído pela *Perdigão* em Nova Mutum**

Autor: Danilo Volochko



**Foto 5: Casas populares construídas pelo poder público em Lucas do Rio Verde**

Autor: Danilo Volochko

Partimos, portanto, da hipótese de que a região da fronteira consolidada do agronegócio – Nova Mutum a Sorriso, passando por Lucas do Rio Verde – realiza processos econômicos que articulam as escalas do lugar, da região, do país e dos processos mundiais trazendo novas implicações socioespaciais. O aprofundamento da periferização enquanto reprodução das desigualdades socioespaciais está centrada na contínua expropriação no campo das comunidades historicamente presentes nessas e em outras regiões – garimpeiros, grupos indígenas, ribeirinhos, camponeses e pequenos agricultores – e nessas novas cidades do agronegócio ela aparece como segregação planejada e controlada dos moradores em situação de pobreza em bairros periféricos de casas populares, que se articulam às dinâmicas de reprodução/especulação imobiliária

desdobradas da colonização particular e oficial, e que também podem integrar a produção de novas periferias em outros espaços/outras cidades, como Cuiabá.

A pesquisa que vem sendo feita sobre esta temática busca contribuir aprofundando o estudo geográfico do processo de produção do espaço urbano (e suas periferias) em Nova Mutum e Lucas do Rio Verde, considerando a prática socioespacial em torno da apropriação cotidiana do espaço nessas novas cidades, numa perspectiva que procura, assim, ir além (sem desprezá-la) da dimensão dos processos técnicos que marcam o avanço do agronegócio. Esse estudo está centrado na análise da lógica fundiária/imobiliária que se estrutura na cidade e no campo em Nova Mutum (colonização privada) e Lucas do Rio Verde (colonização oficial) – cidades que se inserem fortemente na lógica da produção da soja e da cadeia avícola (*BRFoods*), que expressam a integração, segundo BERNARDES, dos ramos carnes/grãos –, traçando uma crítica do processo de apropriação e uso do espaço urbano nessas cidades, investigando as formas de sociabilidade entre os habitantes e buscando compreender os mecanismos de expropriação que configuram uma produção espacial monopolizada e controlada que pode estar relacionada ao processo de reprodução das periferias (ocupações, “grilos”) inclusive em outras áreas e/ou cidades da região ou fora dela.

Buscamos, como esse viés teórico-metodológico, iluminar os conflitos socioespaciais presentes na produção do espaço nas cidades ligadas ao agronegócio, particularmente Nova Mutum e Lucas do Rio Verde, bem como as articulações entre os sujeitos econômicos e políticos locais que participam desse processo, destacando a produção da segregação e as periferias nessas cidades.

### **Considerações finais**

Pensamos que o processo que se coloca diante de nós encerra uma série de dinâmicas, ligadas à reprodução espacial do capitalismo em nosso país, o que situa a produção do agronegócio como particularidade da articulação entre Mato Grosso, o Brasil e a mundialização. Também podemos pensar que este processo supõe e realiza uma série de novas dinâmicas, como aquela que articula campo-cidade e que nos faz pensar que diante da transitoriedade e efemeridade das lavouras/culturas o urbano se emerge talvez como a principal produção, a cidade como uma construção que ainda perdura num espaço em constante metamorfose, lugar de novas práticas de sociabilidade, novas dimensões do político e do econômico. Conforme sinaliza SOJA

(2010), as aglomerações urbanas produzem “efeitos geradores”, uma potência que chama de “causalidade urbana”: concentração, centralização, de poder e de capital, mas também de contradições, lutas, do devir e das possibilidades. No seio da extensão do espaço homogêneo das monoculturas de grãos se produzem cidades igualmente homogêneas, mas onde também poderá se insurgir o espaço contraditório, aquele dos conflitos, das diferenças e das resistências à lógica da desigualdade da exploração capitalista, que se reproduz no tempo e no espaço, na cidade e no campo. Deixamos uma questão para o debate: poderá a cidade emergir, como construção social das diferenças, nesses novos espaços urbanos?

### **Bibliografia**

ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia e VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011, 6ª edição.

ARRUDA, Zuleika Alves. **Onde está o agro deste negócio?** Tese (doutorado), UNICAMP, Campinas 2007.

BECKER, Bertha K.; EGLER, Claudio A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, 2ª edição.

BERNARDES, Júlia Adão. **Cadeia carne/grãos: novas fronteiras do capital no cerrado da BR-163 mato-grossense - Brasil. La planificación territorial y el urbanismo desde el diálogo y la participación. Actas del XI Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Buenos Aires, 2-7 de mayo de 2010 <http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geo/geocritica2010/445.htm>

BERNARDES, Júlia Adão e FREIRE FILHO, Osni de Luna (orgs.). **Geografias da Soja: BR-163: Fronteiras em Mutação**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2006.

BOTELHO, Adriano. **O Urbano em Fragmentos. A produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re)Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 2008 [1994].

\_\_\_\_\_. **Espaço-Tempo na Metrópole. Fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). **Geografias de São Paulo**. São Paulo: Contexto, 2004.

CARVALHO, Carlos Eduardo Souza de. **Mudanças e conquistas: história oral de vida de mulheres migrantes em Lucas do Rio Verde-MT 1980-2006**. Tese

VOLOCHKO D. Da extensão do campo à centralização do urbano: elementos para o debate da produção do espaço em Mato Grosso.

(doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2011.

CERTEAU, Michel; GIRARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano 2-Morar, Cozinhar**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008, 7ª ed..

CHESNAIS, F. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

COVEZZI, Marinete. **Política de colonização oficial no Mato Grosso: estudo de caso sobre Lucas do Rio Verde**. Trabalho de Especialização em Estudos Avançados sobre desenvolvimento urbano e rural - o Estado de Mato Grosso, UFMT-Depto de Geografia, 1987.

CUNHA, José Marcos Pinto da. **A dinâmica migratória e o processo de ocupação no Centro-Oeste brasileiro: o caso do Mato Grosso**. Campinas: Núcleo de Estudos da População (NEPO) / Unicamp, 2011.

FURTADO, Paulo José. **Pra trás a gente não volta: Nova Mutum: colonização sulista e cultura "gaucha" no médio norte de Mato Grosso**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá, 2009.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

\_\_\_\_\_. **Los limites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

\_\_\_\_\_. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ática, 1992.

\_\_\_\_\_. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 2000, 4ª ed..

\_\_\_\_\_. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2006, 4ª ed..

\_\_\_\_\_. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

MARTINS, José de Souza. MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso. Ensaios de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999, 2ª edição.

\_\_\_\_\_. **A Sociedade Vista do Abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003, 2ª edição.

\_\_\_\_\_. **Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2012, 2ª edição.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1998, 2ª edição.

MORENO, Gislaene. **Terra e Poder em Mato Grosso. Política e Mecanismos de Burla 1892-1992**. Cuiabá: EdUFMT/Entrelinhas/FAPEMAT, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papirus, 1995.

VOLOCHKO D. Da extensão do campo à centralização do urbano: elementos para o debate da produção do espaço em Mato Grosso.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

QUEVEDO, Jucilene Lourdes Tomazin. **Configurações do espaço geográfico regional do agronegócio da soja em Lucas do Rio Verde e Sorriso – MT**. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2008.

RISÉRIO, Antonio. **A Cidade no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2012.

ROMANCINI, Sônia Regina (org.). **Novas Territorialidades nas Cidades Mato-Grossenses**. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

SANTOS, Sandro Aparecido Lima dos. **Percursos e percalços no cerrado mato-grossense: memórias da cooperativa e da migração Lucas do Rio Verde - MT (1981-1987)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá, 2009.

SANTOS, Wiliana Mendes dos. **Espaço de trabalho versus espaço de moradia em Lucas do Rio Verde - MT: um estudo de caso dos trabalhadores da Unidade Industrial Sadia**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Geografia, Cuiabá, 2009.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

\_\_\_\_\_. **Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano**. In: GEOUSP – Espaço e Tempo, nº24, 2008.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima & MARTINS, Sérgio Manuel Merêncio. **A cidade sem infância no universo pioneiro da soja**. In: Revista Travessia (15), ano VI, jan/abr 1993, São Paulo, CEM.

SOJA, Edward; BENACH, Nuria; ALBET, Abel. **Edward W. Soja: la perspectiva postmoderna de un geógrafo radical**. Barcelona: Icaria editorial, s. a., 2010.

SOUZA, Ana Maria de. **Relatos da Cidade: nomadismo, territorialidades urbanas e imprensa**. Cuiabá: Entrelinhas: EdUFMT, 2007.

VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. **Metropolização Regional**. Cuiabá: EdUFMT, 2009.